

RELATÓRIO ANALÍTICO

Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco

1. Contextualização

O Território Rural denominado por Agreste Meridional de Pernambuco abrange uma área de 13.153 km², está localizado em parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano e Sertão Pernambucano. Atualmente é composto por 20 municípios: Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Pedra, Venturosa, Angelim, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Ibirajuba, Manarí, Paratama, Saloá, São Bento do Una, Terezinha e Tupanatinga.

De acordo com informações do IBGE (2010), o contingente populacional do território se apresenta com 587.086 habitantes, dos quais 257.840 residem na área rural, o que corresponde a 42,7% do total. Com IDH médio de 0,60 esse rural é composto por agricultores familiares e patronais, famílias assentadas, comunidades quilombolas, terras indígenas, dentre outros.

O Território enquadra-se na categoria de rural, seguindo-se o critério estabelecido por Veiga (2002), pois apresenta uma população média de 29.354 habitantes e uma densidade de 44,77 habitantes por km², ou seja, uma população média menor do que 50.000 habitantes e uma densidade inferior a 80,0 habitantes por km².

Dentre os seus municípios, Garanhuns destaca-se apresentando uma acentuada população urbana, com uma taxa de 89,1%, já os municípios de Paratama, Manari e Caetés revelam-se, com taxas de 79,1%, 78,9%, e 71,7% da população rural respectivamente, revelando assim, uma certa heterogeneidade no território. Além disso, vale ressaltar, que o município de Garanhuns centraliza economicamente o Agreste Meridional e se estabelece pela importância como pólo regional.

Quanto aos indicadores sociais, observa-se uma grande amplitude relativa ao IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) entre os municípios. Os municípios de Garanhuns, de Venturosa e de São Bento do Una apresentam os maiores IDH-M, com 0,69; 0,63 e 0,62 respectivamente. Já os municípios de Manari e Caetés apresentam os menores IDH-M com 0,47 e 0,52. Tais informações revelam também a ocorrência de uma acentuada disparidade na qualidade de vida entre os municípios do Território.

As áreas rurais do Território são reconhecidas economicamente pela presença da pecuária leiteira. No entanto, as pequenas propriedades rurais, de cunho familiar, que

exploram principalmente as culturas do feijão e da mandioca, apresentam grande relevância socioeconômica para a região, revelando nesse conjunto as principais atividades de exploração das áreas rurais. Historicamente, esse arranjo formou-se ao longo dos anos, pois o Agreste constituiu-se como o local de produção de alimentos para o abastecimento interno da região Nordeste, em face da cultura expansionista e exportadora da cana-de-açúcar.

A velha estrutura coronelista, ainda reflete sobre a atual estrutura agrária e sobre as relações sociais de dependência e subordinação que insiste em permanecer em diversos municípios desse Território. Dessa forma perpetua-se a ação política de comando sobre a população e cargos, de uma forma geral, atuando em diversos segmentos e instituições públicas.

Os festejos juninos apresentam-se como a expressão máxima da cultura, porém as tradições folclóricas tendem a se perder no tempo, em face da homogeneização dos costumes, principalmente relacionado à música, com os grupos eletrônicos de forró. Trabalhar as ruralidades ainda presentes requer um árduo e constante desafio, para que não se perca tanto cultural como economicamente, uma vez que esses valores são desconstruídos pela aquisição de novos hábitos impostos pelos meios de dominação e imposição de valores externos.

Atrelado a isso nota-se a insatisfatória presença de estrutura das políticas públicas, relacionadas ao nível educacional, principalmente nas formações iniciais das crianças, no apoio à assistência das atividades produtivas e na preservação e exploração sustentável das riquezas naturais e arqueológicas.

A parte do relatório, a seguir, tem por objetivo base estabelecer uma avaliação sintética sobre os questionários: Q1, Q2, Q3 e Q5, para que se possa ter uma visão mais holística da situação dos territórios até o presente momento.

2. Identidade

O Q2 chama a atenção dos mecanismos aglutinadores que contribuem para o processo de construção identitária do território. Não utilizaremos nesta síntese, o termo **determina** e sim **condicionante** isso pelo fato da Antropologia já haver discutido os determinismos como questões resolvidas. Entre os itens categorizados no Q2 os que mais se distanciam, apresentando índice médio de aglutinação, são: ambiente e colonização. O restante apresenta boa capacidade de aglutinação, com destaque para a **Agricultura Familiar** que atingiu o índice mais elevado, chegando a 0,768, o que leva

a crer que esse índice se revela como **condicionante** para o equilíbrio das outras categorias apresentadas. Confirmando assim, a grande importância do papel desempenhado pela **Agricultura Familiar** para a delimitação do território. Sugere-se mais empenho institucional no sentido do fortalecimento da Agricultura Familiar para que a mesma prossiga atenta aos processos de melhorias e se torne cada vez mais forte como aglutinadora das outras categorias.

3. Capacidades Institucionais

Os dados obtidos nesse questionário resultaram da aglutinação de perguntas existentes no Q1 e Q5. Daí a presença de alguns índices considerados contraditórios. O colegiado reconhece sua mediana atuação, o que acarreta também uma média capacidade organizacional (articulação). Já os serviços institucionais apresentam uma qualidade média baixa enquanto que, a infra-estrutura institucional pode ser considerada boa (média alta). O mesmo não ocorre com os instrumentos de gestão municipal que aparece com médio baixo. Ou seja, existe infra-estrutura, entretanto, os serviços institucionais disponíveis e os instrumentos de gestão municipal estão fragilizados, acarretando assim poucas iniciativas comunitárias. Os mecanismos de controle também estão com atuação mediana.

O que se pode concluir é que há necessidade do fortalecimento do colegiado através da criação de novos mecanismos catalisadores das ações institucionais locais, para um melhor desempenho do Colegiado. Como se discute o Colegiado como mecanismo democratizador das ações desenvolvidas dentro do território, é o mesmo, o responsável pela investigação que propicie a criação desses mecanismos de fortalecimento.

4. Gestão do Colegiado

O que de certa forma é possível visualizar no Q3 relaciona-se a problemas de articulação dentro do Colegiado, em face talvez, em alguns casos, da falta de articulação dentro das instituições que se fazem representar dentro do mesmo. Trata-se muitas vezes da grande rotatividade entre os membros que se fazem presentes nas reuniões do Colegiado. Esse fato provoca certa falta do conhecimento das discussões que ocorrem no mesmo. Isso é perfeitamente observado nos gráficos disponibilizados no sistema. Além da ausência de muitos membros nas reuniões a mudança na indicação dos seus membros é muito comum em algumas instituições e esse fato tem reproduzido

desencontro de informações, como por exemplo; Q3_P22 que interpela sobre a elaboração de documento que contenha uma visão de longo prazo do Território. Ao observar o gráfico disposto no sistema verifica-se que 45% não sabem, enquanto 48% sabem. Considera-se confusa a resposta para um colegiado que está bem articulado. Ou então o exemplo de 45% do colegiado desconhece o articulador ou pelo menos com essa atribuição.

5. Avaliação de Projetos

Dialogando com o predisposto no Q5 para construir o processo de análise de avaliação de projetos, podem ser constatadas as seguintes questões:

- 1 – pouca ou falta de consulta aos sujeitos que sofreriam as ações em questão;
- 2 – pouca ou baixa hierarquização na seleção das ações a serem desenvolvidas, com base nas reais necessidades dos sujeitos em questão;
- 3 - ausência de planejamento prévio para o estabelecimento das ações;
- 4 – pouca observância no gerenciamento das ações representadas nos projetos, apesar de haver sido observado no gráfico relativo a Avaliação de Fase de Execução do projeto no Nível de Funcionamento do Projeto, um índice considerado bom.

Ora, se a participação dos beneficiários e a capacidade de execução são baixas, torna-se contraditório um índice elevado no nível de funcionamento do projeto. O que se observa é a importância dos projetos para a população. Discutir a eficácia é outra polêmica, principalmente pelo fato de serem em número bastante reduzidos e com pouca participação dos sujeitos envolvidos diretamente.

Em virtude da baixa quantidade de projetos existentes, apenas dois foram levados em consideração, visto que, a prerrogativa metodológica vigente é analisar apenas os projetos “concluídos”. Observamos que a base de dados é consideravelmente pequena, no sentido de subsidiar uma análise mais substanciada de dados. Dessa forma, passamos a realizá-la mais empiricamente.

Em ambos os projetos verificamos claramente que a população ou comunidade beneficiada participou pouco da formulação do pleito e da concepção do projeto. Entretanto, a população não se nega a recebê-lo ou de realizar sua gestão, ainda que de forma deficitária, sem controle social, questionamentos ou sugestões de ajustes.

Dos projetos analisados, apesar do resultado dos questionários apresentados na fase de execução do projeto de apresentado “Nível de Funcionamento” classificado

como “BOM”, foi verificada uma situação dicotômica da que foi retratada na aplicação dos questionários.

Em um dos projetos analisados um dos bens foi furtado gerando inclusive um termo de distrato formal de responsabilidade pelo projeto, sendo o mesmo repassado a outra entidade parceira (Município), naquele momento este foi o único problema visualizado. Convém destacar que a célula está de posse uma cópia simples do Boletim de Ocorrência Policial do fato. As observações realizadas pela célula não traduzem posicionamentos contra a existência desses projetos.

Para melhor desempenho dessas ações, sugere-se a construção de uma metodologia apropriada com vistas a fortalecer o processo de discussões e decisões dentro dos conselhos municipais e colegiados territoriais como de sustentação do empoderamento das comunidades a serem beneficiadas.

Diante dessa perspectiva, a célula tem desenvolvido esforços no sentido de identificação de boas propostas de projetos, buscando colher essas informações junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS dos municípios partícipes do Território da Cidadania do Agreste Meridional. Se fazendo presente nas reuniões de definição de propostas, discussões e decisões de propostas junto aos órgãos parceiros.

A célula sente a necessidade de sugerir:

- a. A inserção de outros parceiros com funções de assistir ações de extensão, que motive e favoreça técnicas de gestão previamente à concessão desses projetos;
- b. criação de mecanismos de fiscalização e acompanhamento mais contundentes;
- c. criação de cursos de liderança e participação para membros dos contingentes comunitários onde houver demanda de projetos;
- d. que esses cursos tenham nas universidades parceira suas incubadoras;
- e. que o gerenciamento dos projetos e a execução fiquem nas mãos da comunidade demandada.

Acredita-se que dessa forma se pode melhorar a qualidade da participação dos sujeitos comunitários nas ações e projetos existentes. Se o sujeito não se sentir contemplado nos seus interesses, não será capaz de ações comunitárias mais efetivas. É necessário que se construa o compromisso político, em detrimento do comprometimento político local.

6. ICV

A análise dos resultados da pesquisa de campo apontaram para um ICV de 0,507 indicando um nível médio de percepção de melhora na qualidade de vida dos entrevistados, uma vez que os valores obtidos em cada uma das três instâncias de desenvolvimento também se enquadraram no nível médio.

Quanto à instância Fatores de Desenvolvimento observamos que os valores dos indicadores apresentados revelaram as melhores avaliações para as Condições de Moradia (0,682) e Escolaridade (0,613), destacando-se das demais por se enquadrarem na classificação Médio Alto. Por outro lado, as piores avaliações foram para o acesso à Assistência Técnica (0,341) e para o Acesso ao Crédito (0,359), classificadas como Médio Baixo.

Os dados, ainda que subjetivos, indicam uma carência do Acesso ao Crédito e do Acesso à Assistência Técnica apesar da existência de programas como o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e da atuação de instituições estaduais de apoio ao produtor rural como o IPA (Instituto Agrônômico de Pernambuco). Tais fatos refletem em uma baixa Diversificação da Produção Agrícola e, conseqüentemente, geram uma menor Diversificação nas Fontes de Renda Familiar.

Os baixos valores atribuídos à Diversificação nas Fontes de Renda (0,312) e na Diversificação na Produção Agrícola (0,367) se contrapõem aos valores imputados pelos entrevistados para a Produtividade da Terra (0,510) e do Trabalho (0,549). A possível explicação para tal fato está nos valores médios apresentados para a produtividade, tanto da terra quanto do trabalho. Sob a ótica no contexto do território, refletem a produção média obtida no Território.

Um dos resultados da pesquisa que mais despertam a atenção diz respeito aos valores atribuídos para a Conservação das Fontes de Água (0,618) e à Preservação da Vegetação Nativa (0,377). Num primeiro momento, esses dados sugerem uma contradição, pois fica pressuposto que a preservação da mata nativa estaria relacionada à conservação das fontes de água. No entanto, ao analisar a realidade territorial, constatou-se que a maioria das propriedades do território não possui fontes próprias naturais de água. A água é distribuída nas propriedades, principalmente, através de caminhões pipa, tubulações e poços semi-artesianos. As fontes de água, geralmente, ficam situadas à distância das propriedades. Dessa forma, quando o abastecimento na propriedade é contínuo, independentemente da forma de distribuição da água ou da

degradação ou não da fonte, os entrevistados tendem a considerar a Conservação das Fontes de água como “boa” ou “ótima”.

As Condições de Alimentação e Nutrição (0,651), a Situação Econômica (0,632), a Situação Ambiental (0,617) e a Participação Política (0,615) foram os indicadores que mais contribuíram para a elevação da instância Efeitos do Desenvolvimento. Já a Permanência dos Familiares no Domicílio (0,274) e a Participação em Atividades Culturais (0,391) foram os indicadores que menos contribuíram para a elevação da referida instância.

A Situação Econômica, juntamente com as Condições de Alimentação e Nutrição, revelam um grau de satisfação médio alto dos entrevistados. No entanto, apesar dessa satisfação, a Permanência dos Familiares no Domicílio foi o indicador mais baixo dessa instância. Uma hipótese para essa evasão pode ser a atratividade das cidades, tanto nas atividades de lazer quanto na expectativa de melhores condições de trabalho.

Comparando-se os valores do ICV para os Territórios Rurais do Nordeste é possível verificar que todos os Territórios estão enquadrados na classificação de Desenvolvimento Médio (0,40 – 0,60). Enfatizamos que não se deve comparar diretamente os ICVs entre os Territórios, pois cada um deles apresenta suas próprias especificidades. Dessa forma, o ICV do Território revela um caráter próprio e, nesse sentido, é recomendável que sua análise seja feita comparativamente dentro do próprio Território numa escala temporal.

A análise da pesquisa no Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco indica um valor médio correspondente a uma percepção de melhora na qualidade de vida dos entrevistados.

Os resultados parciais da pesquisa revelam, numa análise geral, que os indicadores fortes do Território, na percepção dos entrevistados, foram os seguintes: Condições de Moradia, Escolaridade; Conservação das Fontes de Água; Condições de Alimentação e Nutrição; Participação Política; e Situação Econômica e Ambiental.

Por outro lado, os dados mostraram uma fragilidade nos seguintes indicadores: acesso à Assistência Técnica; Acesso ao Crédito; Diversificação nas Fontes de Renda; Diversificação na Produção Agrícola; Permanência dos Familiares no Domicílio; e a Participação em Atividades Culturais.

A viabilização social e econômica do Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco envolve a geração de políticas públicas que promovam melhorias,

principalmente, nas fragilidades constatadas pela pesquisa. Em outras palavras, para promover a viabilização social e econômica do referido território, é importante gerar oportunidades de ocupação e trabalho nas áreas rurais, de modo que estimule o desenvolvimento de pluriatividades entre as famílias rurais e assim criar condições socioeconômicas para a permanência no campo.

7. Análise integradora de indicadores e contexto

A síntese apresentada nos itens anteriores possibilita antever um quadro de contradições existentes no Território do Agreste Meridional. Tal fato tem início pela busca de uma identidade para o Território – Bacia Leiteira e Agricultura Familiar. A primeira revela um fator de grande importância para a economia de boa parcela dos municípios que integram esse Território, mas e ao mesmo tempo, a pesquisa com o ICV aponta para a significativa presença da agricultura familiar com baixo índice tecnológico, possivelmente resultante da falta de apoio da assistência técnica e do acesso ao crédito.

A baixa diversificação da renda e da produção agrícola, talvez reflita a inserção da população na aquisição de tecnologias e nos leva a pensar que o insignificante número de projetos executados está atrelado a falta de conhecimento dos potenciais produtivos que podem alavancar as atividades da agricultura familiar.

A desarticulação das instituições está presente e foi revelada pela pesquisa, o que denota a fragilidade das ações de integração do Território, até então presente. Com isso, o Colegiado Territorial perde a importância perante os seus membros, uma vez que não consegue interagir com todos e principalmente conseguir definir os anseios próprios daqueles que poderiam ser beneficiados com a execução, de fato, dos projetos que proporcionarão a melhoria dos indivíduos que atuam nas áreas rurais do Território. Indivíduos esses distribuídos entre agricultores familiares, quilombolas, indígenas, produtores de atividades não agrícolas etc.

8. Propostas e ações para o território

Realizamos recentemente uma reunião entre os integrantes da Célula, os componentes do núcleo técnico e coordenação do Colegiado Territorial. Na ocasião, debateu-se diversas questões sobre o Território, dentre os temas discutidos, evidenciou-se o questionamento sobre a efetiva participação dos membros do Colegiado nas reuniões e no conhecimento das ações da política territorial, sobre o desempenho do

articulador regional, sobre as deficiências evidenciadas pela pesquisa, sobre o apoio institucional da SDT, além das possibilidades de melhorias no processo de interação entre aqueles que integram o território do Agreste Meridional Pernambucano. Assim, selecionamos as seguintes propostas:

PROPOSTA 1 – Criação de um site do Território do Agreste Meridional.

Constatou-se que a deficiência na comunicação entre aqueles que vivem, trabalham e pesquisam o Território é um dos maiores entraves para a interação das ações e para o conhecimento das problemáticas pertinentes ao Agreste Meridional. O site deverá constituir-se no ponto de aglutinação das informações sobre o território. Abrigará as informações sobre as ações, projetos e eventos sobre o território, disseminando encontros, reuniões, não apenas vinculadas ao Colegiado, mas também de interesse da população. Dessa forma, disponibilizará dados e informações sobre o território, como fonte para a pesquisa e desenvolvimento de projetos. Certamente promoverá a aproximação entre os municípios e com as instituições que fazem parte do território, além de permitir maior intercâmbio entre a Célula, o Colegiado e as outras esferas públicas e áreas de interesse.

PROPOSTA 2 – Treinamento de equipe para elaboração de projetos através da formação de uma empresa junior (projeto de incubadora).

Há tempos, o núcleo técnico do colegiado vem apontando a necessidade de profissionais que os ajudem na pesquisa e na elaboração de projetos que acate as necessidades do território. Enfatiza que ocorre muita dificuldade para atender as chamadas dos editais públicos, resultando na perda de prazo e/ou o não atendimento dos requisitos e normas. Essa deficiência vem sendo debatida nas reuniões revelando-se como uma lacuna que retarda o processo de busca de conhecimentos e melhorias para o território. Debates sobre o papel da Universidade sobre essa questão, verificamos possibilidades de participação e concluímos que esse tipo de ajuda poderá surtir melhor efeito com a participação de docentes e de técnicos de instituições parceiras para a formação de mão-de-obra específica que atenda a essas necessidades.

PROPOSTA 3 – Estímulo as formas de associativismo

Um dos fortes entraves ao desenvolvimento do território está relacionado a baixa incidência e fraco estímulo para a formação da cultura associativista e suas derivações

(cooperativismo). O individualismo da gestão política, das atividades produtivas e da prestação de serviços são fatos comuns que se apresentam como uma das características principais do Território. Tal fato se reflete na falta de organização e na efetivação das ações públicas empreendidas no Território nos diversos segmentos sociais, econômicos, ambientais etc. Verificamos que para haver a introdução da cultura associativista no território é necessária a orientação da pesquisa e de ações concretas que envolvam a formação dos cidadãos, que o estímulo ocorra desde a base educacional até a gestão do trabalho, mas para isso há a necessidade de recursos e projetos.

Além das propostas anteriores julgamos como de fundamental importância, para o Território, o aprofundamento das pesquisas que possibilite o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Dentre elas destacamos aquelas que evidenciem o trabalho desempenhado por mulheres, que complementem o ganho das atividades domésticas, tal como trabalhos artesanais, agroindústria caseira, atividades de caráter urbano etc. Para tanto, devem ser pesquisadas e mapeadas.

Ressaltamos também a importância de ações que visam reestimular a participação dos membros do Colegiado Territorial, além da tentativa de resgatar aqueles que se encontram inativos. Assim, consideramos que deverão ocorrer visitas regulares aos membros ativos e inativos do Colegiado Territorial com o objetivo de destacar suas proposições para o Território, uma vez que os momentos de reuniões tem sido escassos e geralmente quando ocorrem já vem com pautas pré-determinadas. Enfatizamos a necessidade da participação efetiva da SDT e que deverá envolver tanto o colegiado quanto os trabalhos da Célula. Seguindo nesse caminho, destacamos a discussão sobre o PROINF 2012, o lançamento do PTDRS, o acompanhamento e a execução dos projetos. Dessa forma, torna-se imperativo a discussão e montagem de eventos envolvendo o Colegiado e as diversas esferas públicas.

Ainda, dentro desse contexto, verificamos que é ponto comum a desinformação sobre a destinação de equipamentos e recursos dos projetos distribuídos em diversos municípios. Daí surge a necessidade do controle e da gestão da política territorial que vem sendo implementada no Território.

Como sugestão para a melhoria da operacionalização das ações, aponta-se para a necessidade da fomentação de um processo, no qual se possa concretizar o restabelecimento das instituições democráticas. Nesse sentido, salientamos a importância para que os sujeitos, envolvidos na questão, tenham o direito à participação efetiva nas discussões concernentes as suas necessidades mais básicas.

Quanto à avaliação e aplicabilidade dos instrumentos, as nossas observações já foram inseridas no relatório anterior relativo ao ICV. Porém, destacamos que ocorre a carência na busca de informações sobre a inter-relação entre as instituições que, talvez pudessem ser investigadas no instrumento sobre capacidades institucionais.

No que se refere à coerência dos resultados, relacionados ao conhecimento empírico e a outros estudos sobre o Território, avaliamos positivamente o que foi apontado. Verificamos que é condizente com a realidade local. Ressaltamos, porém, que uma característica evidente no Território está relacionada ao *conformismo*, principalmente daquelas pessoas mais desprovidas de recursos, informações e com pouca ou quase nenhuma interação com outras realidades.